



Editorial

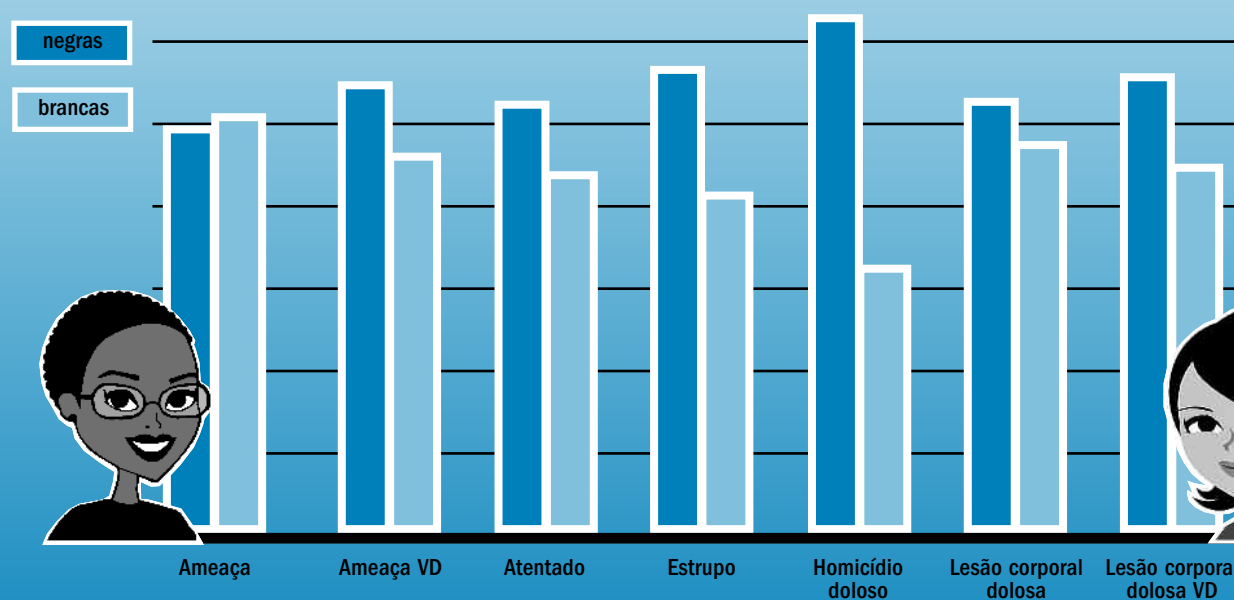
As mulheres continuam submetidas a diversas formas de violência. Sobretudo, aquelas que vivem em comunidades pobres não puderam utilizar serviços básicos e tiveram acesso limitado à justiça. Esta é uma das conclusões sobre a situação dos direitos humanos em nosso país, apresentadas pelo Informe 2009 da Anistia Internacional.

No centro dos processos de geração destas mesmas violências está o Estado brasileiro, que prossegue estimulando-as e promovendo-as, mesmo diante sinais cada vez mais evidentes da ineficácia e da falta de coerência das políticas de “enfrentamento” à violência, pautadas, basicamente, na opressão e extermínio das populações negras e pobres. Para se ter uma idéia, ainda de acordo com o informe da Anistia Internacional, somente no Rio de Janeiro, nos meses de janeiro a outubro de 2008, 15% de todas as mortes violentas foram causadas por agentes do Estado – esse número se refere apenas as mortes registradas pela própria polícia como “autos de resistência” (situações de conflito aberto).

Enquanto o Estado é comprovadamente responsável por parte significativa dos assassinatos cometidos no Rio, o Governo Federal anunciou ainda no fim de outubro de 2009 – período marcado por uma série de conflitos em favelas cariocas que fizeram dezenas de mortos - o repasse de R\$ 131 milhões para que o estado tenha seu policiamento reforçado.

As autoridades no Rio de Janeiro, assim como no restante do país, parecem responder às inúmeras situações de violência endurecendo os cercos às comunidades negras. Uma das conseqüências deste tipo de mentalidade na prática, é que em todos os estados brasileiros, por exemplo, o número de meninas negras assassinadas ultrapassa o de brancas. E no Rio não é diferente. O gráfico abaixo mostra, justamente, como o racismo aparece em diferentes modalidades de violência contra a mulher.

Percentual de mulheres vítimas de atentado violento ao pudor, lesão corporal dolosa, ameaça e homicídio doloso, segundo raça/cor, Estado do Rio de Janeiro, 2008:



*VD - Violência doméstica



O RETRATO DA INJUSTIÇA

No dia 24 de outubro de 2007 o atual Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, diante de diferentes veículos da imprensa nacional, defendia o aborto como forma de controlar a violência nas comunidades Fluminenses. Dizia ele: “Você pega o número de filhos por mãe na Lagoa Rodrigo de Freitas, Tijuca, Méier e Copacabana – é padrão Sueco. Agora, pega na Rocinha – é padrão Zâmbia, Gabão. Isso é uma fábrica de produzir marginal!”.

No mesmo ano em que Sérgio Cabral deu esta fatídica declaração a polícia do Rio matou, segundo a Anistia Internacional, cerca de 1.260 pessoas. No ano seguinte, segundo a própria Secretaria de Segurança pública do estado, foram 1.137 mortos. Até julho deste ano, de acordo com levantamento feito pelo Jornal do Brasil, só as mortes por balas perdidas somavam 18.

Relatando um destes absurdos acontecimentos, no dia 21 de março de 2009 o jornal carioca Extra estampava a seguinte manchete: “Criança de 8 anos morre em tiroteio na Favela Vila Aliança em Bangu”. A criança era Júlia Andrade de Carvalho, morta durante um confronto entre policiais e traficantes na comunidade. Cerca de um mês após a morte de Júlia, em 29 de abril, a Rádio Tupi anunciava outro trágico episódio ocorrido em novo confronto entre policiais e traficantes na Vila Aliança. Desta vez a vítima foi Yasmim Kelly Barbosa da Silva, de 3 anos de idade.

A declaração da maior autoridade do estado do Rio e as duas notícias citadas são peças de um quebra-cabeça não tão difícil de montar. Demonstrações abertas de uma mesma posição racista e sexista do Estado, que além de tomar as mulheres negras apenas enquanto “máquinas de fazer marginais”, constrói políticas orientadas para o extermínio da população negra.

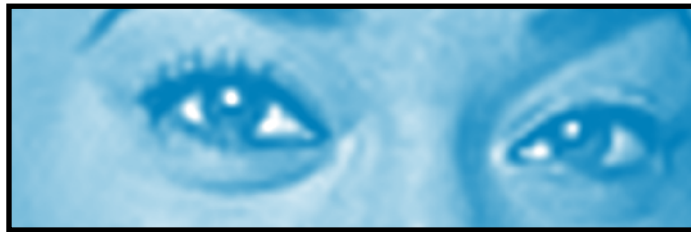
Nunca é demais lembrar que o papel de todo e qualquer governo, ao contrário, seria exatamente o de desenvolver políticas públicas capazes de promover e assegurar a igualdade e o respeito às diferenças, de forma a superar injustiças, violências e violações de direitos.

Diante da inabilidade do poder público para lidar com estas questões, as mulheres negras - centrais na mobilização política das comunidades pobres ao longo da história – têm se movido continuamente para enfrentar e superar as diferentes formas de opressão que vivenciam. Uma destas figuras as quais ilustram a força e a energia feminina negra é Anazir Maria de Oliveira, a Dona Zica de Vila Aliança. Aos 76 anos, Dona Zica, além de histórica liderança de sua comunidade, é exemplo de firmeza e uma das parcerias de quem CRIOLA tem grande orgulho. Em seu relato concedido ao Toques de Criola deste número, ela nos conta algumas das passagens da intensa mobilização ocorrida em Vila Aliança, Zona Oeste do Rio, após os recentes episódios de violência que vitimaram as meninas Júlia, de 8 anos e Yasmim, de 3.

Dona Zica assim como outras importantes lideranças femininas e organizações de mulheres Brasil a fora, participam ativamente de uma série de processos políticos que envolvem incidência, defesa de direitos, mobilização comunitária, reivindicação, contribuição para construção de políticas públicas, participação em conselhos e comitês, difusão de informações sobre políticas e leis existentes, entre outros. Todas estas ações trouxeram e trazem consigo avanços inegáveis, tais como a aprovação da lei nº 11.340/2006 de enfrentamento à violência doméstica e intrafamiliar contra a mulher - a Lei “Maria da Penha”; o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (Pacto); a Política Nacional de Enfrentamento a Violência Contra a Mulher; o próprio II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II PNPM); e Recursos do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), específicos para ações de enfrentamento à violência contra a mulher.

Estas políticas, programas e leis, frutos de nossas lutas, hoje dispõem de cerca de R\$ 1 bilhão para serem postos em prática. Os recursos, mesmo que insuficientes, tornariam possível a implementação de uma série de ações capazes de reduzir não só a violência intrafamiliar, mas, também a violência estrutural – esta que recentemente provocou a morte de duas crianças em Vila Aliança.

Com vistas à aumentar nossa participação nos processos de implementação das políticas mencionadas - como inclusive assegura a lei -, é fundamental que haja acompanhamento e avaliação permanentes do orçamento para ações previstas nestas políticas e programas. Ou seja, o mais importante nisso tudo é que as mulheres conheçam a fundo as políticas existentes para que saibam como são aplicados os gastos públicos. Com este objetivo foi criado o projeto Participação das Mulheres no Acompanhamento da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, uma iniciativa de CRIOLA e Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), com o apoio da AVINA. O projeto visa, justamente, oferecer às mulheres meios para que elas possam acompanhar e avaliar a distribuição e a aplicação dos recursos públicos destinados ao enfrentamento à violência contra a mulher. Neste sentido estão previstos encontros e oficinas de



formação onde as mulheres, além de aprender sobre a natureza dos gastos públicos, ainda construirão em conjunto um método para acompanhá-los e avaliá-los municipal, estadual e nacionalmente. Assim, acreditamos que se possa incidir com mais eficácia junto ao poder público, de forma que este reconheça e coloque nos primeiros lugares de sua lista de prioridades, as ações de enfrentamento à violência contra a mulher, o que inclui, é claro, o cumprimento da lei “Maria da Penha”.

Uma das razões pelas quais a iniciativa é fundamental é que hoje, a cada 15 segundos uma mulher é espancada no país e esta é apenas uma das muitas formas de violência sofridas por elas. Assim, embora, recentemente, tenham sido criadas muitas políticas para as mulheres, estas não serão capazes de transformar a sociedade se só ficarem no papel. Por isto devemos continuar lutando!

NOTAS DE UMA LUTA

Dona Zica nos conta passagens da mobilização política contra a violência em Vila Aliança

Sou mineira, da cidade interiorana de Manhumirim (Zona da Mata), trabalhei como empregada doméstica desde os nove anos de idade – categoria pela qual, anos depois, viria a lutar, enquanto uma de suas lideranças. Aos 15, vim morar no Rio de Janeiro, onde vivo até hoje e, durante a maior parte de minha história trabalhei “em casa de família” - profissão que só pararia de exercer aos 66 anos de idade.



Saída de duas remoções de favelas cariocas entre as décadas de 1960 e 1970, finalmente me instalei em Bangu, Zona Oeste do Rio, na comunidade de Vila Aliança, local em que me firmei como liderança e pelo qual luto até hoje. Na chegada à “Vila” – como nós chamamos – o que se encontrou foram construções inacabadas e ruas sem asfalto, além é claro, da inexistência de transportes que percorressem a enorme distância entre a comunidade e os locais de trabalho da maior parte das pessoas que nela residiam.

A mobilização da comunidade em diferentes momentos de sua existência foi fundamental para que muitas conquistas e transformações em Vila Aliança fossem operadas. Ao mesmo tempo, outro problema foi crescendo, começou a chamar atenção, até que de maneira alarmante, se tornou uma das principais dificuldades hoje vividas pelas pessoas da “Vila”: a violência.

Na verdade, eu levei algum tempo para observar a presença de organizações criminosas na Vila. Lembro que quando eu cheguei à Fundação Bento Rubião em 1989, nós éramos 9 comunidades de favela. Eu via discussões de outras comunidades e achava a minha comunidade muito tranqüila. Perguntavam sobre grupos de criminosos e eu dizia que não existia este tipo de organização, porque eu não percebia. Achavam que eu estava escondendo o jogo. Creio que esta questão tenha ficado mais evidente na Vila, de uns poucos anos para cá.

OS REFLEXOS DA VIOLÊNCIA SENTIDOS POR MENINAS E MULHERES

Vou começar pelas meninas. Há um problema de evasão escolar muito grande e as que vão à escola perdem o interesse. Algumas meninas criam admiração muito grande por estes meninos envolvidos com a criminalidade, acabam sendo mães muito cedo e começam numa vida de muito sacrifício. Numa vida em que ela é uma criança e já tem de cuidar de outra.

Quando uma menina adolescente se envolve com este tipo de homem, geralmente, os pais brigam, batem e fazem de tudo, mas não entram na raiz do problema. Estas jovens já crescem com situações de violência e quando partem para a vida conjugal já estão habituadas a isto: apanham, são discriminadas moralmente por outras pessoas, mas, não se separam deste companheiro. As filhas vão vendo estas situações e é assim que é formada a personalidade desta criança.

A violência que eu vejo contra a mulher não é só apanhar, é também na forma de tratamento, nas formas de desrespeito. Eu passo pela rua e às vezes escuto as pessoas falando um monte de coisas para esta mulher... Ela é um ser humano! E muitas vezes ela se sujeita, por achar que sem ele será pior. Se ela o deixar, tem a preocupação de como sustentar os filhos. São as mulheres mais difíceis para trazer para o nosso lado porque elas se fecham no mundo delas e perdem a auto-estima.

Eu me lembro de um projeto muito importante que tratava da questão do câncer de mama que desenvolvemos com CRIOLA. Foi o Projeto Mama África em que a gente conseguiu levantar do chão muitas mulheres. Tinham oficinas em que as mulheres levantavam e diziam: “a partir de hoje eu não apanho mais!”. Voltavam para as reuniões e contavam experiências que estavam vivendo. Eu acho que elas não saem sozinhas desta situação. Elas só saem quando começam a tomar consciência de que elas são pessoas, de que elas têm dignidade e que são capazes. Então tinha uma até que dizia: “Agora o meu marido me diz assim: Ué ta me enfrentando!?”. Mas ela tinha palavras capazes de contornar aquela situação sem que ele partisse para a violência com ela. A partir das oficinas ela foi adquirindo esta forma de ação. Adquiriu outra postura. E é interessante como ela passa para outras mulheres a experiência que está vivendo. Assim: “Você também pode fazer o mesmo”.

Mobilização comunitária frente à brutalidade

A violência traz um impacto muito grande para a comunidade. A forma com que as pessoas perdem a vida causa muito sofrimento. Estas duas meninas que foram atingidas por balas perdidas, recentemente, eram conhecidas desde pequenas: uma com 3 anos e outra com 8. Foi muito chocante. São crianças que agente conhece, conhece a família. Porque uma coisa é você ver, contar, outra é conviver. Uma estava saindo para comprar refrigerante e morre, outra é esta de 3 anos. Foi um impacto muito grande. Eu nunca vi a comunidade se mobilizar daquela maneira.

Estas coisas nos saturam de um jeito... Foi uma mobilização o dia todo. E o mais interessante: não houve agressão à polícia nem nada que desse margem para que dissessem que a comunidade foi agressiva. Porque quando nos mobilizamos, mostramos que não estamos satisfeitas com o que está acontecendo e aí conseguimos mudança. Eu digo isso porque esta mobilização teve desdobramentos: a comunidade começou, de imediato, a refletir e a discutir a questão da vida na Vila Aliança, a partir da morte desta menina. Foi uma criança que perdeu a vida, nós assistimos e sentimos. O que estamos fazendo hoje é trabalhar para que haja maior respeito à vida na Vila. Por mais dolorido que tenha sido o momento, a questão está colocada e não queremos saber de onde partiu a bala. Queremos colocar o problema na mão das autoridades competentes e elas que descubram e busquem a forma de dar uma resposta clara. Não queremos saber quem fez, queremos saber que foi uma vida. Isto vai tendo um desdobramento, a comunidade continua se reunindo. Formou-se uma comissão para discutir semanalmente, para decidir o que fazer e para informar a população sobre o que acontece. Além de sempre questionar o que achamos que não é correto.

EXPEDIENTE

- Tiragem: 8.000 exemplares
- Edição e Redação: Thiago Ansel - Projeto Gráfico: Luciana Costa Leite
- Colaboradora: Dona Zica Parceria: CFEMEA
- Financiador: AVINA - Apoio: Global Fund for Women



CRIOLA

Av. Presidente Vargas, 482, sl. 203 • Centro • Rio de Janeiro
Brasil • CEP 20071-000 • Telefax: 21.2518-7964 • 2518-6194
Endereço Eletrônico • criola@criola.org.br
Página • www.criola.org.br